



APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

AJUSTE DIRETO

ADAQ/2/2024

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE FROTA ATRAVÉS
DE UM SISTEMA DE LOCALIZAÇÃO DE VIATURAS POR GPS

CNCM- AQ/72/2023

CADERNO DE ENCARGOS

Conteúdo

Cláusula 1ª – Objeto.....	3
Cláusula 2ª – Especificações Mínimas.....	3
Cláusula 4ª – Prazo de Garantia.....	4
Cláusula 5ª – Condições, Local e Prazo de Entrega.....	5
Cláusula 6ª – Aceitação dos Bens	5
Cláusula 7ª – Preço Contratual e Condições de Pagamento.....	6
Cláusula 8ª – Obrigações Principais do Cocontratante	7
Cláusula 9ª – Obrigações principais da Entidade Adquirente	9
Cláusula 8ª – Vigência do Contrato.....	9
Cláusula 9ª – Contagem dos prazos.....	9
Cláusula 10ª – Sanções Contratuais.....	9
Cláusula 11ª – Resolução Sancionatória por parte da Entidade Adquirente	10
Cláusula 12ª – Resolução do Contrato por parte do Cocontratante	11
Cláusula 13ª – Comunicações e Notificações.....	12

Cláusula 1ª – Objeto

1. O presente procedimento por Ajuste Direto tem por objeto a aquisição de **Serviços de Gestão de Frota**, ao abrigo do “Acordo Quadro para Aquisição de Serviços de Gestão de Frota através de um Sistema de Localização de Viaturas por GPS– CNCM-AQ/72/2023”, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), concretamente:
 - a) Lote 2 – Serviço Base de Gestão de Frota a 36 meses para 81 viaturas
 - b) Lote 5 – Serviço Base de Gestão de Frota e Tomada de Força a 36 meses para 13 viaturas
2. A aquisição dos bens mencionados no número anterior e a prestação dos serviços a ela associados, será realizada nos termos e condições constantes no Acordo Quadro CNCM-AQ/72/2023 ao abrigo do qual é promovido o presente procedimento e ainda do Convite, do presente Caderno de Encargos e da proposta apresentada pelo Cocontratante que vier a ser adjudicada, documentos que farão parte integrante do contrato a celebrar.

Cláusula 2ª – Especificações Mínimas

Os bens objeto do contrato a celebrar e os serviços associados mencionados no número anterior terão de respeitar todas as características e especificações mínimas definidas no Acordo Quadro para Aquisição de Serviços de Gestão de Frota através de um Sistema de Localização de Viaturas por GPS– CNCM-AQ/72/2023”.

Cláusula 3ª – Serviços Associados

1. Sem prejuízo de outras disposições do presente Caderno de Encargos, consideram-se serviços obrigatoriamente associados os serviços de gestão da encomenda, gestão da entrega e gestão da documentação.
2. Os serviços de gestão da encomenda devem garantir a receção atempada da encomenda pela Entidade Adquirente.
3. Estão compreendidos no serviço de gestão de entrega:
 - a. A entrega dos bens nas instalações da Entidade Adquirente;

- b. O preenchimento, no ato da entrega, do documento onde conste a identificação dos produtos recebidos, respetiva quantidade e demais documentações necessárias relativamente à sua certificação.

Cláusula 4ª – Prazo de Garantia

1. Nos termos da presente cláusula, o cocontratante deve garantir pelo prazo de vigência do contrato o bom funcionamento dos bens contra quaisquer defeitos ou discrepâncias.
2. A garantia prevista no número anterior abrange, nomeadamente:
 - a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c. A reparação ou substituição de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e. O transporte das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro dos seguintes prazos:
 - a. Resposta / Intervenção remota: 2 dias úteis
 - b. Intervenção presencial: 5 dias úteis caso seja determinada essa necessidade imediatamente, passando a 5 dias úteis após

resposta inicial quando verificada a impossibilidade de resolução remota.

Cláusula 5ª – Condições, Local e Prazo de Entrega

1. Os bens objeto do contrato a celebrar deverão ser entregues pelo Cocontratante, a expensas suas, *nas instalações da entidade adquirente sitas em Zona Industrial de Penela – Lote 15 – 3230-347 – Penela*, em dias úteis e no horário compreendido entre 9:00 h e as 18:00h.
1. O prazo máximo de instalação dos bens é **de 4 dias** após o envio da nota de encomenda, com disponibilidade de segunda a sábado. As plataformas deverão ficar disponíveis no dia útil seguinte à conclusão da instalação do primeiro módulo GPS.

Cláusula 6ª – Aceitação dos Bens

1. Efetuadas as entrega dos bens objeto do contrato a celebrar, a Entidades Adquirente, acompanhada pelo Cocontratante, procede à sua inspeção, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Acordo Quadro e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Caso a inspeção comprove a total conformidade dos bens objeto do contrato a celebrar, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos, será elaborado Auto de Aceitação, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Entidade Adquirente.
3. Caso se verifique que os bens objeto do contrato a celebrar não se apresentam em condições de serem aceites, o Cocontratante obriga-se a proceder, às devidas retificações, no prazo de **5 dias**, sendo estas da sua inteira responsabilidade. Concluídas estas retificações, proceder-se-á a Aceitação dos bens, sendo lavrado o respetivo auto.

Cláusula 7ª – Preço Contratual e Condições de Pagamento

1. Pela aquisição dos bens e pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações aqui constantes e no Acordo Quadro CNCM-AQ/72/2023, a Entidade Adquirente dispõe-se a pagar os preços constante na proposta que vier a ser apresentada pelo Cocontratante, os quais não podem exceder os seguintes o(s) seguinte(s) preço(s) máximo(s) unitário(s), os quais não incluem IVA:

Lote	Designação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Gestão de Frota Serviço Base 36 meses	81	10,50€	30.618,00€
5	Gestão de Frota com Tomada de Força 36 meses	13	11,24€	5.260.32€
			Total	35.878,32€

Unidade euros s/IVA

2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adquirente nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O cocontratante obriga-se a emitir fatura nos termos e prazos acordados, devendo fazer menção dos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. Identificação do procedimento;
 - b. Descrição dos serviços prestados.
4. A emissão de faturas eletrónicas por parte do cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso.
5. O pagamento das faturas será realizado no prazo de **30** dias após a sua efetiva receção.

Cláusula 8ª – Obrigações Principais do Cocontratante

Para além das obrigações previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP) e no Acordo Quadro CNCM-AQ/72/2023, constituem obrigações do Cocontratante:

- a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
- b) Comunicar à Entidade Gestora qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas para a gestão do Acordo Quadro;
- c) Comunicar à Entidade Gestora e às Entidades Adquirentes a nomeação do Gestor de Contrato responsável pela gestão do Acordo Quadro e dos Contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- d) Comunicar à Entidade Gestora e às Entidades Adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- e) Remunerar a Entidade Gestora nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
- f) Produzir e enviar relatórios de faturação à Entidade Gestora, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;
- g) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte das entidades adquirentes em sistema a disponibilizar pela Entidade Gestora e de acordo com procedimento a definir por esta;
- h) Sempre que solicitado pela Entidade Gestora, disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas ou pela entidade fiscalizadora

das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo Quadro;

- i) Proceder à atualização dos bens e serviços disponibilizados, colaborando com a Entidade Gestora em qualquer ação desencadeada para a atualização do Acordo Quadro, nos termos previstos no presente Acordo Quadro;
- j) Apresentar proposta a todos os convites lançados ao abrigo do presente Acordo Quadro, salvo no caso previsto nos n.ºs 8 e 9 da Cláusula 28ª do presente Caderno de Encargos;
- k) Fornecer os bens e prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Acordo Quadro e demais documentos contratuais;
- l) Apresentar propostas com preço inferior ou igual ao estabelecido neste Acordo Quadro e que resulta do valor pelo qual a proposta do Cocontratante foi adjudicada;
- m) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;
- n) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- o) Garantir que os bens são fornecidos com todo o equipamento exigido de acordo com as especificações do presente Caderno de Encargos;
- p) Garantir a operacionalidade dos bens fornecidos;
- q) Manter sigilo e garantir confidencialidade;
- r) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas nos contratos;
- s) Incluir todas as comunicações nacionais e roaming UE, GSM e GPRS no serviço prestado;
- t) Manter atualizados todos os conteúdos geográficos;
- u) Disponibilização dos dados relativos às viaturas durante 6 meses em front-end e 5 anos em servidor;

- v) Uma troca de dispositivo sem qualquer custo, desde que a desinstalação e instalação ocorram no mesmo momento;
- w) Possibilidade da inclusão de dispositivos nas viaturas, previstas ou não no procedimento, desde que efetuadas nos 150 dias seguintes à data de outorga do contrato;
- x) Disponibilizar, se solicitado pelas Entidades Adquirentes, a arquitetura de armazenamento dos dados pessoais, nomeadamente: onde se localiza, quem acede e com que fins.

Cláusula 9ª – Obrigações principais da Entidade Adquirente

Não obstante outras obrigações previstas no presente Caderno de Encargos e Acordo Quadro, são obrigações da Entidade Adquirente:

- a) Comunicar ao Cocontratante a identidade do responsável nomeado para a gestão do contrato a celebrar, bem como quaisquer alterações relativas a essa nomeação;
- b) Pagar ao Cocontratante o preço constante na proposta adjudicada pelo fornecimento dos bens objeto do contrato a celebrar.

Cláusula 10ª – Vigência do Contrato

O contrato tem início na data da sua celebração e cessa a sua vigência com a aceitação dos bens fornecidos pelo Cocontratante nos termos do presente Caderno Encargos e Acordo Quadro, sem prejuízo de outras obrigações que devam perdurar para além desse prazo.

Cláusula 11ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato a celebrar são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 12ª – Sanções Contratuais

1. O incumprimento das obrigações contratuais por parte do Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, poderá dar lugar à

- aplicação de sanções pecuniárias até ao valor limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução do contrato nos termos previstos na cláusula seguinte.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, poderá ser aplicada pela Entidade Adquirente uma sanção pecuniária no valor de **50 € (cinquenta euros)** por cada dia de incumprimento do prazo de entrega previsto na Cláusula 5ª.
 3. O valor das sanções pecuniárias pode ser reduzido ao preço contratualizado.

Cláusula 13ª – Resolução Sancionatória por parte da Entidade Adquirente

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Cocontratante previstas no presente Caderno de Encargos e Acordo Quadro CNCM-AQ/72/2023, a Entidade Adquirente poderá resolver o contrato a celebrar, a título sancionatório, nos seguintes casos:
 - a. Incumprimento definitivo por facto imputável ao Cocontratante;
 - b. Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução de prestações contratuais;
 - c. Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização das Entidades Adquirentes;
 - d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos previstos na lei e nos Contratos, desde que a exigência pelos Cocontratantes das obrigações assumidas pelas Entidades Adquirentes contrarie o princípio da boa-fé;
 - e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no número 1 da cláusula anterior;
 - f. Incumprimento pelo Cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;
 - g. O Cocontratante se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo Tribunal.

2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do Cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da Entidade Adquirente poder executar eventuais garantias prestadas pelos Cocontratantes.

Cláusula 14ª – Resolução do Contrato por parte do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela Entidade Adquirente previstas no presente Caderno de Encargos e Acordo Quadro CNCM-AQ/72/2023 e independentemente do direito a indemnização, o Cocontratante tem o direito de resolver os Contratos nas seguintes situações:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adquirente;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adquirente por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - d. Incumprimento pela Entidade Adquirente de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;
2. O direito à resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial, exceto no caso previsto na alínea c) do número anterior, o qual é exercido mediante declaração enviada às Entidades Adquirentes, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se as Entidades Adquirentes cumprirem com as obrigações em atraso.

Cláusula 15ª – Caução

Não será exigida a prestação de caução nos termos previstos no n.º 2 do art. 88º do CCP.

Cláusula 16ª – Comunicações e Notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Adquirente e o Cocontratante devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção, ou fax.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada simples considera-se recebida na data de depósito indicada pelos serviços postais e por carta registada com aviso de receção, na data em que for assinado o aviso.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Penela, 23 de agosto de 2024